

# PROMABEN E OS IMPACTOS NO TRABALHO E RENDA DE FAMÍLIAS REASSENTADAS

Aricarla Batista de Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho apresenta o projeto urbanístico para a área da Bacia da Estrada Nova - Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), enfatizando os impactos no trabalho e renda do processo das famílias reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre. A análise dos dados demonstrou como principais impactos na vida das famílias: dificuldade de adaptação à nova moradia; perda da antiga atividade comercial; dificuldade de pagamento das despesas de luz e água; perda da fonte de renda; dentre outros.

Palavras-chave: Promaben; Reassentamento; Impactos.

## ABSTRACT

This work presents the urban project for Basin area of New Road - Sanitation Program of the Basin Road New (PROMABEN), emphasizing the impacts on employment and income in the process of resettled families for Residencial Antonio Vinagre. Data analysis demonstrated how major impacts on family life: difficulty adapting to the new housing; loss of the former commercial activity; difficulty of payment of electricity and water expenses; loss of source of income; among others.

Keywords: Promaben; resettlement; Impacts.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: [aricarlaoliveira@gmail.com](mailto:aricarlaoliveira@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Nota-se, que a contradição entre capital/trabalho, base fundante da sociedade capitalista, tende a configurar a produção de moradias precárias pelos trabalhadores, que com a dinâmica de expansão das cidades, acompanhada pelas políticas públicas e sociais limitadas no que se refere ao atendimento das precárias condições de vida da população, acarretam a ocupação desordenada do espaço urbano (LOJKINE, 1997; MARICATO, 2011).

Tendo, as frações da classe trabalhadora, como alternativas de moradia, e acima de tudo como forma de resistência e estratégia de sobrevivência: os cortiços, as casas autoconstruídas, os conjuntos habitacionais e as palafitas<sup>2</sup>, no caso das baixadas<sup>3</sup>, típicas da cidade de Belém (ABELÉM, 1988; CORRÊA, 1993). Assim, a classe trabalhadora é localizada de acordo com suas necessidades e com a lógica capitalistas, sendo reservados espaços segregados e precários para a sua reprodução social (LEFEBVRE, 1999).

Com o discurso de melhorar as condições de vida da população e sanear as áreas degradadas, o Estado promove intervenções urbanísticas nesses assentamentos precários, tornando-os infraestruturados, contudo priorizando a remoção de diversas famílias através do reassentamento<sup>4</sup> e tornando a área sujeita à especulação imobiliária e aos instrumentos de controle e cobrança de impostos, dificultando a sobrevivência das famílias (SOUZA, 2011; TRINDADE JR., 1997).

Ressalta-se que em Belém foram realizadas diversas experiências urbanísticas<sup>5</sup> que adotaram a prática de remoção da população da área dos assentamentos precários a serem urbanizados, e prejudicaram o cotidiano dos moradores; como é o caso do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), que utilizou o processo de reassentamento de famílias para o Residencial Antônio Vinagre, e provocou impactos na vida desses moradores, dentre eles a perda do trabalho e renda.

---

<sup>2</sup>Casas, em geral, feitas de madeira, “suspensas por estacas (palafitas) em terrenos encharcados permanentemente e para onde se drena parte dos esgotos das áreas mais altas” (ABELÉM, 1988, p. 38).

<sup>3</sup> Em Belém convencionou-se chamar de baixadas às áreas alagáveis ou alagadas, isto é, as áreas urbanas localizadas abaixo da curva de nível de altitude igual a 4 metros (RODRIGUES, 1996). Para Abelém (1988) as baixadas são localidades, geralmente ocupadas, que formam uma rede complexa de diversos tipos de relações (parentesco, amizade); assim como as demais favelas do país, as baixadas são pobres e sofrem as pressões (cobrança de taxas, remoções, etc.) das instituições estatais. De acordo com Trindade Jr. (1997, p. 22), as chamadas áreas de baixadas existentes em Belém são áreas inundadas ou sujeitas às inundações, decorrentes em especial dos efeitos das marés e ficaram conhecidas principalmente a partir da década de 1960, por se tornarem alternativa de espaços de moradia das frações da classe trabalhadora.

<sup>4</sup> Reassentamento ou realocação, compreendem a “remoção de pessoas para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção”. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários, como é o caso das famílias, objeto desse estudo, reassentadas no Residencial Antônio Vinagre. Diferente do remanejamento ou realocação que se trata da “reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou do assentamento precário que está sendo objeto de urbanização”. A população é mantida no local após a substituição das moradias e do tecido urbano (DENALDI, 2009, p. 116).

<sup>5</sup> Igarapé das Almas (ABELÉM, 1988); Bacia do Uma (PORTELA, 2005); Bacia do Tucunduba (BARBOSA, 2003); Vila da Barca (SOUZA, 2011); etc.

Neste sentido, este trabalho, desenvolvido a partir dos resultados obtidos com os dados do Relatório de Pesquisa<sup>6</sup> do Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade Habitação e Espaço Urbano (GEP-CIHAB)<sup>7</sup> e do Trabalho de Conclusão de Curso<sup>8</sup> da autora, está estruturado da seguinte forma: inicialmente apresentado por esta introdução, seguido do desenvolvimento dividido em dois itens, sendo o primeiro a apresentação do Projeto urbanístico para a área da Estrada Nova (PROMABEN) e o segundo a apresentação das análises dos dados dos impactos socioeconômicos do processo de reassentamento de famílias para o Residencial Antônio Vinagre. Concluído com as considerações finais.

Este estudo pretende contribuir com as reflexões sobre as intervenções urbanísticas voltadas para áreas de moradia das frações da classe trabalhadora, considerando a necessidade de se valorizar os direitos previstos sobre o direito à cidade para todos.

## **2. O PROJETO DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN)**

De acordo com estudos<sup>9</sup>, a cidade de Belém foi construída sobre áreas de igapó e de várzea, nas quais a ocupação nem sempre se fez de maneira correta com terraplenagem e drenagem do solo, como é o caso da área da Estrada Nova que está localizada em terrenos de Marinha e como não houve um programa oficial de ordenamento urbano, sua ocupação se deu de forma irregular. Pequenos negócios foram surgindo e se mesclando com residências (TRINDADE JR., 1997). Ao mesmo tempo, surgiram pequenos portos que serviram de atracadouros às embarcações que traziam pessoas e produtos de diversas localidades do estado (BELÉM, 2007).

A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) corresponde a segunda mais densamente povoada no município de Belém, onde vivem aproximadamente 220 mil habitantes. Cerca de 3.000 famílias (o que corresponde a 15.000 pessoas) vivem em condições de precariedade habitacional no que se refere aos serviços de água e eletricidade, coleta de lixo, sistema de drenagem, já que 72,70% do solo são constituídos de

---

<sup>6</sup> O Relatório de Pesquisa (2013) foi construído com os dados obtidos pela pesquisa *Programa de Saneamento da bacia da Estrada Nova – PROMABEN: análise da concepção e processo de indenização e reassentamento de famílias* vinculada ao GEP-CIHAB, o qual entrevistou 07 técnicos que atuam no PROMABEN (06 Assistentes Sociais e 01 Arquiteta e Urbanista), no período de março a maio de 2013. E também, aplicou 57 formulários com moradores reassentados para o Residencial Antônio Vinagre nos dias 08 e 13 de junho de 2013, correspondendo a 66% do total de reassentados até a presente data, que equivale a 87 famílias. Nesta atividade da pesquisa de campo, a equipe contou com apoio 45 alunos da disciplina Oficina de métodos e técnicas de pesquisa social, do curso de Serviço Social da UFFPA, de responsabilidade do Prof. Dr. Jean François Deluchey.

<sup>7</sup> O Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Valente Santana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, e à Faculdade de Serviço Social, está realizando o referido Projeto de Pesquisa, do qual a autora deste trabalho foi Bolsista de Iniciação Científica.

<sup>8</sup>TCC intitulado: Impactos no trabalho e renda dos moradores reassentados pelo Promaben (2014).

<sup>9</sup> Abelém (1988); Rodrigues (1996); Trindade Jr. (1997); etc.

áreas inundáveis pelos efeitos das marés e/ou das chuvas constantes da região (BID, 2007; DENALDI, 2009).

Diante disso, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), com apoio do Governo do Estado e do Governo Federal, através do Ministério do Turismo, vem intervindo na área com o grande Projeto denominado, Portal da Amazônia<sup>10</sup>, que compreende o PROMABEN e o Projeto Orla (BELÉM, 2007).

O PROMABEN compreende os serviços de: revitalização de canais, construção de uma bacia de acumulação, cerca de 14.000m de implantação de rede com dispositivo de drenagem, implantação de comportas, reestruturação urbana, implantação de pistas<sup>11</sup> duplas e reassentamento de famílias e empresas, entre outros serviços (BID, 2009a).

No que tange à gestão, o PROMABEN<sup>12</sup> recebe o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)<sup>13</sup>, e está vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, com uma coordenação executiva que é responsável pela execução das ações e pela interlocução com o BID (CRUZ, 2012).

A área do Projeto foi dividida em quatro (04) sub-bacias<sup>14</sup> para que a intervenção do projeto seja feita por etapas. A sub-bacia 01 delimita a Rua Bernardo Sayão, entre as ruas Veiga Cabral e Fernando Guilhon (Bairros da Cidade Velha e Jurunas) e é de responsabilidade da Prefeitura de Belém e do BID, isto é, essa sub-bacia compreende a área de intervenção do PROMABEN (BELÉM, 2007).

De acordo com a pesquisa de Cruz (2012), o número de unidades que serão atingidas por essa intervenção, através do reassentamento ou do remanejamento, nas quatro (4) sub-bacias, totaliza 2.129 unidades. O documento do BID (2009b) informa que está previsto o reassentamento de cerca de 1.100 (mil e cem) famílias e aproximadamente 150 (cento e cinquenta) microempresas familiares, a ser realizado com base no Plano Diretor de Reassentamento (PDR) da População e Atividades Econômicas, que contempla as seguintes formas de reassentamento para as famílias:

---

<sup>10</sup> O Portal da Amazônia é um projeto que está em andamento desde 2005, e é dividido entre o **Projeto Orla** que “compreende os investimentos em uma linha viária numa extensão de seis (6) quilômetros, entre o Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará” (MOURA; SANTANA; SÁ, 2010, p. 37, grifo no original) e o PROMABEN que envolve as obras de saneamento da Bacia da Estrada Nova baseado em quatro componentes básicos: 01. Drenagem da bacia; 02. Saneamento básico; 03. Habitação e Urbanismo; 04. Revitalização urbano-ambiental (BELÉM, 2007).

<sup>11</sup> As pistas serão compostas por três faixas de rolamento, sendo duas faixas para tráfego e uma faixa para estacionamento. Em ambos os bordos serão construídos passeios com 2,0 m de largura (BELÉM, 2007)

<sup>12</sup> O projeto de intervenção urbanística PROMABEN está sendo realizado desde 2009, a partir de convênio firmado em 2 de abril de 2009, entre PMB e BID (CRUZ, 2012).

<sup>13</sup> Os recursos do Programa equivalem a US\$ 137.500.000,00 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares), sendo metade financiada BID (US\$ 68.750.000,00) e a outra metade pela PMB (contrapartida do Município) (US\$ 68.750.000,00) (BID, 2009a).

<sup>14</sup> A sub-bacia 01 compreende a Rua Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon, a sub-bacia 02 envolve a Rua Fernando Guilhon até o canal da Travessa Quintino Bocaiúva, a sub-bacia 03 abrange a Rua da Quintino Bocaiúva ao canal da Travessa 3 de maio e a sub-bacia 04 compreende a Rua 3 de maio à Universidade Federal do Pará (UFPA) (MALHEIRO, 2009).

a) em núcleos residenciais construídos pelo Mutuário; b) mediante permuta das moradias afetadas por moradias adquiridas no mercado imobiliário local ou regional e; c) mediante indenização em espécie, para imóveis avaliados acima de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Para as microempresas familiares, o Plano orienta o reassentamento da seguinte forma: a) em áreas comerciais construídas pelo Mutuário e; b) indenização em espécie para as empresas localizadas na área afetada pelo Programa, as quais serão acompanhadas de assistência técnica para a obtenção de microcréditos e de capacitação empresarial no caso de empresas que gerem menos de três empregos, além da mão de obra familiar (BID, 2009b, p. 14 e 15).

Na Estrada Nova, os moradores já demonstravam insatisfação e preocupação com as medidas adotadas pelo Programa, antes mesmo de se realizarem os processos de remoção:

Nós não queremos ser remanejados, não queremos ser realocados. Nós sonhamos com isso. Como serão mantidas as diversas atividades exercidas pelas pessoas que trabalham na área do Projeto (como conserto de motores, construção de barcos). Trabalho e moradia é o mais importante. Como as famílias poderão viver e até trabalhar em apartamentos de 37 metros quadrados. A orla deve ser pensada também para os ribeirinhos do outro lado [...] (BOLETIM INFORMATIVO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2009).

Isso demonstra que as alternativas dadas aos moradores desrespeitavam as suas necessidades e suas particularidades, restando apenas aceitar o apartamento (reassentamento) ou a indenização, isto é, retirar-se e não vivenciar a tão sonhada mudança.

De acordo com o relatório do projeto de pesquisa do GEP-CIHAB da Universidade Federal do Pará, a PMB definiu, para as primeiras famílias atingidas pelo projeto, o reassentamento no Residencial Antônio Vinagre<sup>15</sup>, das quais, 87 (oitenta e sete) famílias já foram reassentadas.

Ressalte-se, ainda, que o Residencial Antônio Vinagre está localizado no bairro do Marco, aproximadamente 7,5 km de distância do bairro Jurunas, de onde as famílias foram retiradas. Esse processo não atende, totalmente, as orientações dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que preconizam a importância da área destinada à população de menor renda, ser localizada em regiões servidas de infraestrutura e serviços urbanos, e próxima aos locais de trabalho dos moradores (DENALDI, 2009 p. 162).

---

<sup>15</sup>O Residencial Antônio Vinagre (blocos de apartamentos verticalizados), localizado na Avenida Almirante Barroso, Bairro do Marco, foi construído durante a gestão municipal do prefeito Edmilson Rodrigues, com objetivo de atender às famílias atingidas pelo projeto de infraestrutura viária da Avenida João Paulo II, o que não ocorreu para essas famílias. Em 2011 o residencial foi destinado para atender a situação dos moradores da BHEN que estavam no auxílio-aluguel desde 2009 (CRUZ, 2012).

### **3. IMPACTOS NO TRABALHO E RENDA DOS MORADORES REASSENTADOS PELO PROMABEN**

A partir dos dados do Relatório de Pesquisa (2013) e do Trabalho de Conclusão de Curso (OLIVEIRA, 2014), oriundos da pesquisa do GEP-CIHAB, destacam-se, para este trabalho, algumas variáveis, tais como: *informações sobre os moradores; trabalho e renda; estratégias de trabalho e renda e percepção do morador*. Ressalta-se que alguns dados serão relacionados com as respostas dos técnicos entrevistados, na referida pesquisa, para cruzar com as informações e percepções sobre o processo pelo qual passaram as famílias.

#### **3.1. Informações sobre os moradores**

Os dados do Relatório de Pesquisa (2013) revelaram que a maioria dos moradores (46,43%), foram identificados como originários de outro município do estado do Pará, mas que grande parte dos moradores reassentados (33,93%) originava-se do próprio Bairro do Jurunas e viviam no local há mais de 30 anos. E que, no período da pesquisa (junho de 2013), mais da metade dos moradores entrevistados (57,89%) estava reassentado no Residencial há aproximadamente 1 (um) ano no Residencial Antônio Vinagre. Atualmente estão reassentados há mais de 4 anos. Isso evidencia que os moradores reassentados constituíram suas famílias na área e que, sem dúvida, sofreram os impactos do reassentamento para o Residencial, sem desfrutar das melhorias, que muitos lutaram para alcançar.

Os dados evidenciam também que a grande maioria dos entrevistados recebeu o apartamento da PMB (através do PROMABEN), entretanto, registra-se que 4% dos moradores entrevistados recebeu o apartamento de terceiros, sinalizando para a tendência de venda de casas em projetos de reassentamento efetivados pelo poder público, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos moradores, dentre elas a diminuição de renda e o aumento de taxas, como a de água (conforme se verá na análise adiante).

Esses dados se cruzam com as informações dadas pelos técnicos do PROMABEN, os quais afirmaram que o Programa recebeu denúncias de vendas de apartamentos, como demonstra a fala do técnico social E:

[...] recebemos duas ligações anônimas, que houve venda de apartamento por R\$ 70 mil. O morador comprou uma casa no bairro do Jurunas por R\$ 35 mil. Até agora há informação de que cinco moradores já venderam. Outros já alugaram, cederam [...] (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2013).

Isso demonstra o indício de insatisfação dos moradores com relação à nova moradia, além de evidenciar o possível retorno das famílias ao antigo Bairro.

### 3.2 Impactos no trabalho e renda das famílias reassentadas

Os dados correspondentes a questão do trabalho (ou ocupação) demonstraram que, de modo geral, a maioria dos moradores entrevistados desenvolviam trabalho informal antes do reassentamento, o que segue a tendência da realidade de pessoas que vivem em assentamentos precários e desenvolvem suas estratégias de sobrevivência de acordo com as condições que existem.

Destaca-se que alguns moradores tiveram que mudar suas atividades laborais por conta do processo de reassentamento. Destacando-se: o comerciante que se tornou feirante no Ver-o-Peso; a doméstica que se tornou autônoma; a comerciante que tinha comércio em frente a sua residência, se tornou dona de casa, entre outros.

A pesquisa também demonstrou que uma parcela importante (48,21%) das famílias possuía algum tipo de comércio/serviço em sua antiga residência. E segundo os técnicos, estes moradores, até o momento da pesquisa estavam recebendo Auxílio Comércio no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), enquanto aguardam a liberação de espaços comerciais, conhecidos como boxes, no Complexo de Abastecimento do Jurunas (Bairro de origem), que por sinal ficará distante do Residencial<sup>16</sup>.

Com relação aos boxes, a serem construídos no Complexo do Jurunas, verifica-se que além da distância entre a nova residência (Bairro do Marco) e o local de trabalho (Bairro do Jurunas), o morador terá que arcar com mais um custo, no caso o transporte, para se deslocar ao novo espaço de trabalho, o que antes não precisava, já que sua atividade era desenvolvida em sua própria residência ou próxima a ela.

Os dados apontaram ainda que houve aumento do número de pessoas desempregadas de 3,64% para 15,09%. A diminuição de postos de trabalho tem sido uma tendência em processos de reassentamento de famílias de baixa renda, aspecto que deve ser considerado na elaboração e execução de políticas públicas.

Isso evidencia que o projeto garante apenas a moradia, mas não o direito de morar, pois o morador adquire a casa própria, mas não tem condições de permanecer nela, ou seja, as famílias saem das áreas alagadas (de baixadas), mas têm suas estratégias de sobrevivência quebradas, seus vínculos rompidos, seu orçamento doméstico desarticulado, enfim não têm suas necessidades, realmente atendidas.

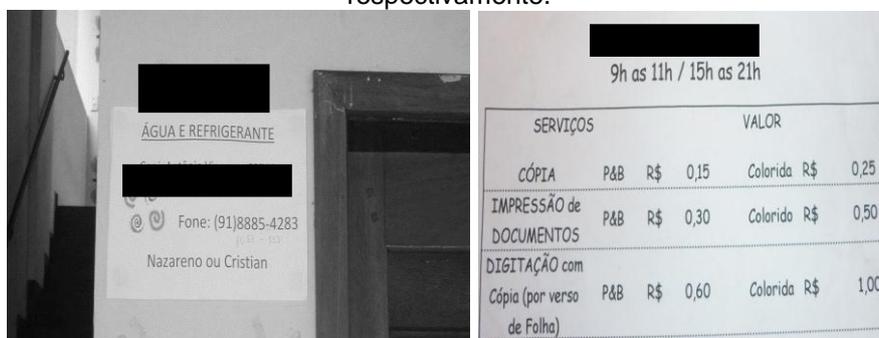
---

<sup>16</sup> De acordo com a pesquisa, a destinação desse espaço foi necessária, pois no residencial não foi possível a realização das atividades comerciais dos moradores, pois, segundo informações dos técnicos entrevistados provocaria uma situação de insegurança no local, já que as lojas se encontram na parte interna do Residencial, o que provocaria a entrada de pessoas externas ao prédio.

### 3.3 Estratégias de trabalho e renda

Conseguir ocupação e renda no entorno da moradia, diante de tantas mudanças, torna-se uma tarefa difícil, em se tratando de famílias pobres, na maioria, trabalhadores informais. Durante a pesquisa se verificou algumas estratégias de trabalho e renda, encontradas pelos moradores reassentados. Ou seja, o espaço não é somente usado para morar, mas contribui para as estratégias econômicas que garantem a sobrevivência das famílias.

Figuras 1 e 2 – Serviços na nova residência: venda de produtos alimentícios e serviços de impressão, respectivamente.



Fonte: (Fotos da pesquisa de campo) Relatório de pesquisa, 2013.

As fotos registradas indicam que os moradores reassentados passaram a desenvolver algumas atividades comerciais para poder complementar sua renda ou até mesmo substituir a renda perdida com o processo de reassentamento, para arcar com as despesas da casa, que acordo com os dados aumentaram, prejudicando o orçamento da família, conforme afirmam os técnicos B, C e E, entrevistados:

(...) depois analisaram que essas famílias não deveriam ter sido reassentadas para lá, pois não tem condições de manter o custo de vida diferente, com várias cobranças de taxas (TÉCNICO B). Há apartamentos que já estão sem energia elétrica, pois as pessoas não têm condições de pagar (TÉCNICO C) (...) e outras cederam ou venderam seus apartamentos, alegando que não podem continuar morando na área (TÉCNICO E) (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2013).

### 3.4 Percepção do morador

Os dados do Relatório de Pesquisa (2013), demonstraram também algumas insatisfações dos moradores com o processo de reassentamento, sendo que os principais problemas identificados se referem ao aumento da taxa de água (43,14%), aumento do custo de vida (37,25), qualidade construtiva do prédio (33,33%), perda da atividade de

trabalho (33,33%), relação de vizinhança (31,37%). Isso indica que as mudanças no cotidiano das famílias, como a diminuição da renda pela perda da atividade dificulta a reprodução social das famílias.

Desta forma, verifica-se, que há uma tendência em relação aos impactos socioeconômicos, especialmente, no que diz respeito à *perda das condições de manutenção do trabalho, a desarticulação da renda, além da cobrança de novas taxas*, fatores esses que podem contribuir gradativamente para a impermanência dos moradores no reassentamento, ocasionando até mesmo um possível retorno ao local de origem.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através dos dados pode-se verificar que a intervenção urbanística do Estado (PROMABEN), é pautada na concepção de minimização de direitos sociais e descaracterização do cotidiano e da participação democrática das pessoas (MOURA; SANTANA; SÁ, 2010). Visto que o planejamento é orientado por agências financiadoras, nesse caso o BID, que como demonstrou Santana (2013) tem se empenhado em formatar e difundir um modelo de gestão de cidades, principalmente na América Latina, no qual os governos locais devem valorizar a infraestrutura urbana da cidade em vista do embelezamento físico da paisagem urbana para facilitar a atração de negócios, turismo, e empresas capitalistas, tendo como medida a retirada de uma quantidade expressiva de famílias que passam a ser indenizadas ou reassentadas para garantir a execução da obra física.

O que evidencia a limitada atuação do Estado, no que se refere às despesas de consumo coletivo relacionadas às necessidades da reprodução da força de trabalho, a exemplo das despesas com a habitação (LOJKINE, 1997). Trata-se, portanto, de uma reafirmação da segregação sócio espacial, ditada pelos interesses capitalistas mediados pelo Estado (LOJKINE, 1997).

Apesar do Programa em questão proporcionar, em alguns casos, o acesso aos serviços urbanos, tende a não garantir a permanência dos moradores, devido à precarização de seu cotidiano, no que se refere: às estratégias de sobrevivência (quebra dos laços de solidariedade); ao aumento do custo de vida (aumento dos gastos com serviços, taxas e impostos); ao desconforto com a nova residência; e principalmente à perda ou precarização do trabalho e da renda dos moradores, como demonstrou os dados analisados neste trabalho (CRUZ, 2012).

Desta forma, percebe-se que o planejamento urbano é limitado quanto ao atendimento das necessidades dos cidadãos, pois a política urbana envolve uma soma importante de recursos no processo de saneamento e embelezamento de cidades que nem

sempre são usufruídos por todos os moradores, em especial as frações da classe trabalhadora que reivindica as melhorias. O que implica dizer que os movimentos sociais urbanos devem se apropriar dos orçamentos públicos para projetos urbanísticos, bem como dos resultados de pesquisa acerca dos impactos socioeconômicos e culturais advindos dos processos de reassentamento e indenização de famílias, a fim de contribuir nas reivindicações pelo direito à cidade (SANTANA; OLIVEIRA; MAUÉS, 2013).

## 5. REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: CFCH/NAEA/UFGA. 1988.

AMARAL, M. D. B. **A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA).** 229 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2005.

ARAÚJO, F. de S. **Entre portais do espetáculo e portas do cotidiano sobre as águas do Guamá: cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas, Belém-pa.** 168 f. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 2008.

BID. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Documento Conceptual de Proyecto-Brasil (DCP)**, 2007. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. Brasil – Programa de Saneamiento de la Cuenca Estrada Nueva- Promaben (BR-L1065) **Propuesta de Préstamo.** 2009a. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Anexo Único** – Promaben, 2009b. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

BARBOSA, Maria. José. de S.. **Estudo de caso: Tucunduba: Urbanização do Igarapé Tucunduba, Gestão de Rios Urbanos – Belém/Pará – versão condensada.**/ Barbosa, M. J de S.; Sá, M. E. R.; SOUZA, A. L. de; SANTOS, C. O. S. dos; SANTOS; L. P. dos; (Orgs.). Belém: UFPA, 2003.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. **Relatório de Impacto Ambiental.** Tomo 01/02, 2007. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2011.

BOLETIM INFORMATIVO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA - nossas vidas, nossos direitos: portal da Amazônia. Ano 2, n (ago. 200). **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**, Coordenação Alfredo Wagner Berno de Almeida et al.. Manaus: UEA Edições /PPGAS-UFAM, 2009.

CRUZ, S. H. R. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 317 f. 2012. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática. 1993.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários: identificação, caracterização intervenção. In: ROSA, J. S; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MALHEIRO, B. C. P. **Portos, portas e postais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)**. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOURA, A.; SANTANA, J. V.; SÁ, M. E. R. de. Projeto “Portal da Amazônia” (Belém-PA); entre o embelezamento de cidades e as expectativas dos moradores pelo uso do espaço infraestruturado. **PROPOSTA-** Revista trimestral de debate da Fase. Rio de Janeiro, ano 34, nº 121, p. 36-42, 2010.

NETO, J. G. da S. **Da Estrada Nova a uma nova estrada?** Estudo de caso de famílias reassentadas pelo PROMABEN no Residencial Antônio Vinagre. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: UFPA, 2013.

OLIVEIRA, A. B. de. Estudo sobre o processo de indenização de famílias no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. **Relatório Bolsa de Iniciação Científica**. PIBIC/PROPESP/UFPA. Belém: UFPA, 2013.

PORTELA, Rosilene. S. **Participação Popular no Ideário da Reforma Urbana**: possibilidades e limites para adoção de novos paradigmas. Papers do NAEA (UFPA), NAEA, v. 178, 2005. p. 1-23.

RELATÓRIO DE PESQUISA. **Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova-PROMABEN**: Análise da concepção e processo de indenização e reassentamento de famílias. GEP-CIHAB/UFPA, 2013.

RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana**: urbanização, urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém. Belém: NAEA-UFPA/FCAP, 1996.

SANTANA, J. V. **Gestão de cidades no Brasil**: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. São Paulo: Papel Social, 2013.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Aricarla Batista de; MAUÉS, Rogério Santana. Habitação e remoção de Famílias: reflexões sobre a política urbana na cidade de Belém-Pará. In: Jornada Internacional de Políticas de Públicas – VI JOINPP, 2013, São Luís. **Anais**. O Desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização das Lutas contra a Exploração, a Dominação e a Humilhação. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

SOUZA, A. K. de. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional**: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA, NAEA, 1997. 198p.